



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

RESENHA

ELEMENTOS DA OBRA DE THOMAS PIKETTY PARA PENSAR A DESIGUALDADE NO SÉCULO XXI

ELEMENTS OF THOMAS PIKETTY'S WORK TO THINK INEQUALITY IN THE 21ST CENTURY

(Recebido em 23-11-2017; Aceito em: 29-12-2017)

Flávio Ribeiro Lima

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

flavior_lima@hotmail.com

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

A obra *O capital no século XXI*, escrita pelo economista francês Thomas Piketty, recebeu o Prêmio Yrjö Jahnsson, em 2013, conferido pela Associação Europeia de Economia. No ano seguinte, foi traduzida para o português por Mônica Baumgarten de Bolle e publicada no Brasil. Desde então, tem provocado um debate amplo em torno da questão central: a perspectiva de desigualdade global. Para tal construção, o autor baseia-se, principalmente, em duas fontes de dados que, juntas, permitem estudar a dinâmica histórica da distribuição de renda. São elas: os dados da *World Top Incomes Database* (WTID), e os dados referentes a relação entre a riqueza e a renda em mais de 30 países de todos os continentes.

A obra está dividida em quatro partes que passamos a citar pela ordem: a primeira parte *Renda e capital*, composta por dois capítulos; a segunda parte *A dinâmica da relação capital/renda*, composta por quatro capítulos; a terceira parte *A estrutura da desigualdade*, composta por seis capítulos; e a quarta e última parte *Regular o capital no século XXI*, composta por quatro capítulos.

Pela sequência dos capítulos expostos ao longo das mais de 800 páginas que compõem a obra, o leitor poderá ter o panorama temporal que contempla desde o nascedouro do sistema capitalista até a atual fase financeira, ou seja, mais de 300 anos. Na introdução de sua obra, Thomas Piketty afirma que no século XXI “o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais fundam-se nossas sociedades democráticas.” (p. 11)

Dado essa realidade, o autor propõe-se a compreender, não somente os níveis de desigualdade “como também, e acima de tudo, sua estrutura, isto é, a origem das disparidades de renda e riqueza entre grupos sociais e as diferentes justificativas — econômicas, sociais, morais e políticas — invocadas para defendê-las ou condená-las.” (p. 26)

Para esclarecer o quadro teórico e conceitual de seu estudo, Piketty apresenta nas páginas que seguem, respectivamente, as teorias que o ajudaram o ajudaram a empreender a obra. A teoria de Thomas Malthus do “crescimento demográfico”, a de David Ricardo e “seu princípio de raridade” e o “princípio da acumulação infinita” de Karl Marx. Piketty ocupa-se escrevendo sobre o último autor, indicando rejeições para com a tendência inevitável “do capital de se acumular e de se concentrar nas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da população, sem que houvesse um limite natural para esse processo” (p. 19) observada por Marx.

Para o autor da obra, Marx rejeitou as hipóteses de que o progresso tecnológico pudesse ser duradouro e de que “a produtividade fosse capaz de crescer de modo contínuo — duas forças que poderiam, em alguma medida, se contrapor ao processo de acumulação e concentração do capital privado.” (p. 21) Em suas palavras, Marx não faz qualquer referência, por exemplo, “às tentativas de estimar o estoque de capital nacional que se multiplicaram no Reino Unido desde o início do século XVIII e que foram aprimoradas desde o início do século XIX.” (p. 299)

O autor pontua, que se as taxas de crescimento da população e da produtividade forem relativamente baixas, o estoque acumulado de riqueza torna-se, naturalmente, mais relevante com o passar do tempo, sobretudo quando cresce de forma desmedida e se transforma numa fonte de instabilidade. Isto é, “o crescimento fraco não permite que o princípio marxista da acumulação infinita seja contrabalançado: o equilíbrio daí resultante não é tão apocalíptico quanto o previsto por Marx, embora não deixe de ser perturbador.” (p. 20)

Um fato importante a observar, sobretudo porque o nome da obra remete a teoria marxista, é o de que o autor da obra não é revolucionário, igualitário, ou mesmo “anti-capitalista”. O que lhe interessa enquanto economista, é contribuir para o debate sobre a organização social, as instituições e as políticas públicas que ajudam a promover uma sociedade, mais justa.

O autor continua a apresentar as teorias em que apoia-se, problematizando desta vez a “curva de Kuznets” ou a teoria do “*happy endings*”, segundo a qual as desigualdades tornariam-se decrescentes a medida que os países atingissem certo nível de industrialização. Para Piketty, as teorias de Kuznets foram formuladas, em grande parte, pelos motivos errados, e o fundamento empírico que a sustenta é frágil. Isso pode ser constatado, assevera o autor, pela “forte queda da desigualdade de renda que se deu nos países ricos entre 1914 e 1945 é, antes de tudo, fruto das guerras mundiais e dos violentos choques econômicos e políticos que delas sobrevieram (especialmente para os detentores de grandes fortunas). (p. 24)

Para contrapor as teorias apresentadas, Thomas Piketty recoloca a questão distributiva no cerne da análise econômica. Segue então apresentando as forças que impulsionam os processos de acumulação e distribuição de riqueza: as forças de divergência e de convergência.

Para as forças de convergência, o autor fala da difusão do conhecimento através do investimento em qualificação profissional, enfatizando que este é um mecanismo que permite o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a transição demográfica. Para as forças de divergência, o autor observa o processo de abandono de salários mais elevados. Para tanto, lembra Piketty, é fundamental que a taxa de retorno sobre o capital seja maior que a taxa de crescimento da renda e do produto, com uma alta concentração de riqueza.

O autor dedica, numa preocupação elevada, um longo trecho da obra definindo os termos utilizados. O momento em que apresenta o conceito de capital de sua obra é elementar. Em sua concepção, o capital compreende um conjunto formado “pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes etc.)” (p. 54) usado pelas empresas ou mesmo pela administração pública. Há, para ele, inúmeras razões para excluir o capital humano de sua definição de capital. A mais óbvia “é que ele não pode pertencer a outra pessoa, tampouco pode ser comprado e vendido num mercado, ao menos não de modo permanente.” (p. 55)

Eclode dessa definição, a primeira lei fundamental do capitalismo, expressada pela seguinte equação: $\alpha = r \times \beta$. A equação indica que, quaisquer que sejam as forças econômicas, sociais e políticas que influenciem a razão capital / renda (β), a participação do capital (α) e a taxa de retorno (r), dado que essas três grandezas não podem ser fixadas de modo independente umas das outras. Conceitualmente, lembra o Piketty, existem dois graus de liberdade, mas não três.

Feito essa digressão, Piketty introduz a segunda lei do capitalismo, expressa pela equação: $\beta = s/g$, que significa que a razão capital / renda (β) é, a longo prazo, igual à taxa de poupança (s), dividida pela taxa de crescimento da economia (g). Tomemos como exemplo um país que poupa muito

e cresce lentamente, acumula, a longo prazo, um enorme estoque de capital. Em contrapartida, isso pode ter consequências relevantes para a estrutura social e a distribuição de riqueza de seu povo. Dito de outro modo, se uma sociedade enfrenta níveis que aproximam-se da estagnação, "a riqueza acumulada no passado ganha uma importância desmedida." (p. 217)

Juntas, as equações¹ permitem expressar, de modo simples e transparente os três conceitos mais importantes para a análise do sistema capitalista: a relação capital / renda, a participação do capital na renda e a taxa de remuneração do capital. Essas mesmas equações, contribuem para manter a ilusão do especulador de que ele "cria valor, riqueza" através de suas simples ações de compra e venda em um mercado imobiliário, como *commodities*, ou ficção pura, como créditos *subprimes*, desde que, no final do dia, sua riqueza seja maior do que a da manhã, quando ele, na realidade, apenas desviou uma fração do lucro global para seu benefício².

Para ilustrar essas mudanças, selecionamos um excerto da obra, em que Piketty apresenta um relatório mais geral sobre os patamares de desigualdade na atualidade:

A parcela do milésimo superior atualmente parece estar próxima de 20% do patrimônio total, a do centésimo superior, perto de 50% do patrimônio total, e a do décimo superior, entre 80% e 90%; a metade inferior da população mundial possui, sem dúvida, menos de 5% do patrimônio total. Concretamente, o 0,1% mais rico do planeta, ou seja, cerca de 4,5 milhões de adultos em 4,5 bilhões, parece deter um patrimônio líquido da ordem de 10 milhões de euros, quase duzentas vezes o patrimônio médio mundial (por volta de 60.000 euros por adulto), daí uma participação no patrimônio total de quase 20%. O 1% mais rico, cerca de 45 milhões de adultos sobre 4,5 bilhões, possui um patrimônio médio da ordem de 3 milhões de euros (trata-se, *grosso modo*, da população que ultrapassa 1 milhão de euros de patrimônio individual), o que equivale a cinquenta vezes o patrimônio médio, de modo que a participação no patrimônio total é de 50%. (PIKETTY, 2014, p. 555)

Essa estatísticas permitem, primeiramente, organizar o pensamento acerca da importância de trazer a questão da desigualdade e da concentração de riqueza para o debate e, em segundo, que essas forças de divergência são dominantes no topo da hierarquia mundial. É necessário ressaltar que

288

¹ Deve-se cuidar para não superestimar as conclusões apontadas pelas equações, pois elas representam apenas números reduzidos de observações e são gerados por um processo de coleta baseado em aproximações e fragmentos. Sobre isso, o próprio autor observa que enquanto leis, as equações não dizem muito sobre a distribuição de riqueza (capital).

² Faz-se necessário lembrar que, diferentemente de Marx, o autor está em uma posição temporal privilegiada e assim pode considerar, como o faz, o atual contexto do capitalismo financeiro, em que o valor agregado global produzido por todos os trabalhadores do planeta e os baixos salários dos países "em desenvolvimento", associados a regimes políticos que favorecem essa relação (a exemplo citamos as leis trabalhistas modificadas no governo Temer), contribuem para o aumento da taxa de retorno de capital.

essa grande concentração da riqueza, provém em grande parte das desigualdades internacionais que é sensivelmente mais forte do que a observada dentro dos países como França e Inglaterra.

Se tomarmos as cifras referente ao Brasil, veremos que a desigualdade (fundante em nossa sociedade) é chave para compreendermos a atual realidade econômica, social e espacial. O relatório *A distância que nos une*³, indica que ao longo das últimas décadas, o Brasil reduziu de 37% para menos de 10% a parcela de população abaixo da linha da pobreza. Considerando especificamente os últimos 15 anos, aproximadamente 28 milhões de pessoas foram retiradas destes níveis de pobreza. Mas, ainda que tenhamos reduzido entre 1888 e 2015, as desigualdades partir da base, continuamos com níveis de desigualdade alarmantes.

Em um país de pouco mais de 207,7 milhões de habitantes⁴, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio de outros 100 milhões mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês.

Diante dessas análises de dados muitas vezes alarmantes, Piketty propõe, com sua preocupação de preservar as sociedades democráticas, a introdução de um imposto geral sobre o capital a nível global (solução real), para evitar a crescente desigualdade que contribui para a instabilidade econômica ou política e pôr fim a acumulação desmedida das classes possuidoras.

Ainda que o autor tenha consciência de que essa tarefa é difícil (utópica), a indica como sendo um caminho possível para superar os patamares desiguais apresentados ao longo de toda a obra. A respeito dessa sugestão, Piketty pronuncia-se: “muitos rejeitarão o imposto sobre o capital como uma ilusão perigosa, assim como o imposto sobre a renda foi rejeitado há pouco mais de um século” (p. 637), no entanto, quando vista de perto, essa solução mostra-se muito menos perigosa do que as alternativas.

Nas páginas finais, o autor sugere a elevação da dívida pública a zero (ainda que seja através da privatização dos ativos financeiros do Estado, o que ao nosso parecer não é positivo), já que elas, lembra Piketty, dizem respeito à divisão da riqueza em particular. (p. 662)

Finalmente, o grande mérito da obra de Thomas Piketty, consiste em pensar no tema proposto para além das perspectivas comuns. Utilizando-de de numerosas fontes e informações precisas, o autor contribui de modo significativo para que possamos pensar na desigualdade social que assombra

289

³ Relatório da OXFAM veiculado no primeiro semestre de 2017.⁴ Dados oficiais, extraídos da página oficial do Governo do Brasil.

os países ao longo do globo, incluindo o Brasil. Em conclusão, a leitura da obra é muito útil, sobretudo aos que possuem como pauta o fim do capitalismo.

Referências

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

GOVERNO DO BRASIL. **Justiça e cidadania**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/08/populacao-brasileira-passa-de-207-7-milhoes-em-2017>. Acessado em 25/10/2017.

OXFAM. **A distância que nos une**. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acessado em 25/10/2017.

(Recebido em 23-11-2017; Aceito em: 29-12-2017)